

O QUE A CARGILL FAZ PELA AMAZÔNIA?

Saiba como a multinacional nº 1 no ramo do agronegócio mundial têm violado direitos, impactado comunidades tradicionais e contribuído para a crise climática no planeta.

Com três portos instalados na Amazônia brasileira, a Cargill tem operacionalizado significativamente a cadeia produtiva de *commodities* agrícolas, como soja e milho, do Brasil para o mundo. Desde 2003 – quando o primeiro porto começou a funcionar na cidade de Santarém, no Pará –, a Cargill apresenta relatórios anuais em que mostra planos de ações de sustentabilidade com, por exemplo, metas políticas de proteção às florestas, cadeias de produção de soja “limpa” e compromissos com o Acordo de Paris. No entanto, o que a empresa nunca demonstrou foram evidências de cumprimento da legislação ambiental brasileira na abertura de portos e nos processos de recebimento e armazenamento de grãos.

Em quase vinte anos de atuação da Cargill na Amazônia, as grandes fazendas de soja aumentaram na Região Norte, no mesmo período em que as taxas de desmatamento subiram, contrariando as metas climáticas brasileiras. O número de caminhões e carretas de transporte graneleiro também aumentou, trazendo mais emissões de gases de efeito estufa (GEE) nas rodovias cercadas de áreas desmatadas.

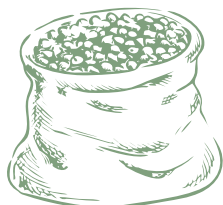


ÁREAS CULTIVADAS

No período de 2010 a 2017,
as áreas de cultivo de soja
no Pará cresceram de

**85,4 mil para
500,4 mil hectares,**

segundo dados da Federação
da Agricultura e Pecuária do
Pará (FAEPA).



EXPORTAÇÃO

Em 2022, o Pará exportou mais

400 milhões de dólares

em soja, o que representa um aumento de

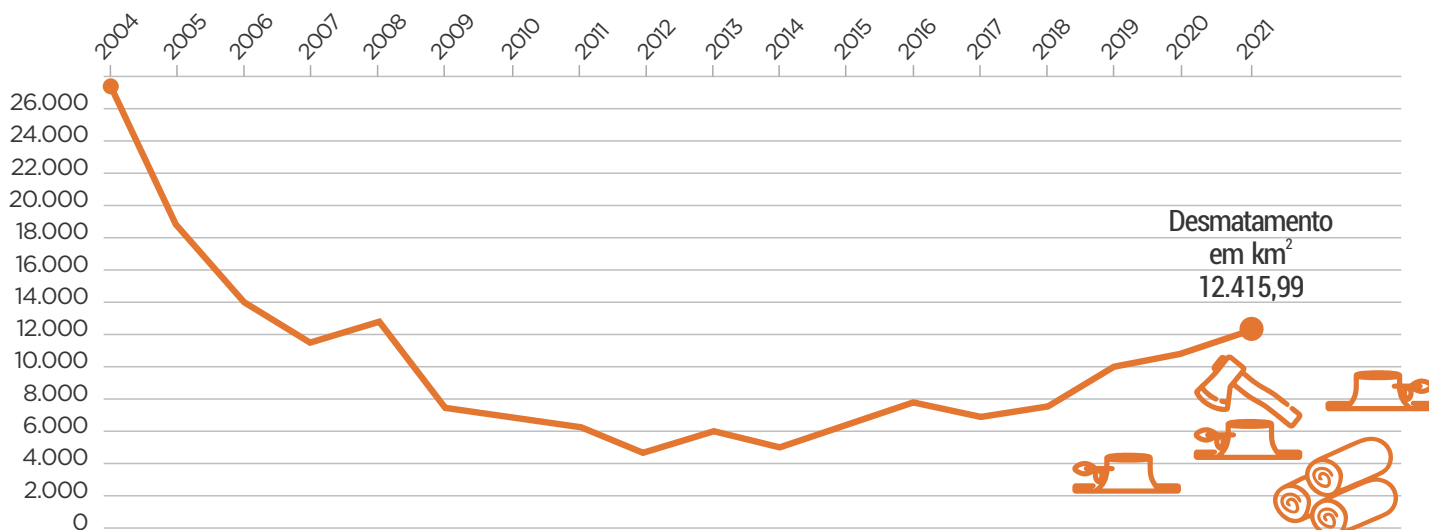
**124% em relação
ao anterior,**

tendo principal destino a China*

*Dados da Federação das Indústrias do Pará (FIEPA)

Evolução do desmatamento na Amazônia Legal

Altas taxas de desmatamento foram registradas na Amazônia, resultado do crescimento do cultivo de soja. Em 2004, com a implementação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAm), os índices de desmatamento diminuíram, até a política começar a ser paralisada em 2013, quando voltaram a subir.



Fonte: Adaptado a partir de dados do INPE (Brasil, 2021).

O greenwashing e as falsas soluções climáticas da Cargill

GREENWASHING

Em 2022, a Cargill apresentou o relatório anual de cumprimento das metas do Sea Cargo Charter, pacto corporativo voluntário entre empresas do comércio internacional para reduções de gases de efeito estufa. No relatório constam as metas de substituição de combustível fóssil por biocombustível, que tem como objetivo a descarbonização do transporte transoceânico. Por outro lado, a Cargill continua recebendo a produção de fornecedores que desmatam a Amazônia.

Essa informação é negada pela empresa a partir de outro mecanismo voluntário: a moratória da soja, um acordo corporativo ambiental estabelecido entre empresas, Estado e organizações, que prevê a não comercialização de soja cultivada em áreas desmatadas na Amazônia a partir de 2008.

Se em uma perspectiva a moratória da soja pode representar ganhos para a região, por outra, as limitações desse acordo servem aos interesses da Cargill, que se utiliza do método de análise precário das áreas desmatadas para concluir que não compra grãos de produtores que promovem o desmatamento. Porém, áreas desmatadas inicialmente usadas para pecuária logo são convertidas em campos de soja. Além disso, a compra indireta de soja cultivada em área de desmatamento ilegal entra na cadeia produtiva da empresa e é justificada pela ineficácia do monitoramento do acordo.

O fato é que a Cargill não tem freado a cadeia produtiva graneleira, e sim tem se utilizado das brechas em acordos, do desmatamento ilegal e de falsas estratégias de sustentabilidade.

Direitos étnicos violados

A expansão da Cargill na Amazônia conta com a violação de direitos étnicos em duas principais bacias hidrográficas: a do rio Tapajós e do rio Guamá. Comunidades quilombolas têm sofrido com o racismo ambiental ao serem vítimas da contaminação por agrotóxicos, pela captura de terra e pelo desmatamento para a abertura de campos de soja. Da mesma forma, povos indígenas, ribeirinhos e comunidades tradicionais têm sido afetados pela atuação da empresa e vivenciado a contaminação de rios e peixes, entre outros impactos socioambientais.



Em 2021, movimentos sociais de Santarém realizam mais um ato de protesto contra a empresa. No cartaz está escrito “Parabéns a empresa Cargill por estar ameaçando a saúde das pessoas com agrotóxicos nas plantações”.

Algumas violações de direitos promovidas pela Cargill na Amazônia

VIOLAÇÃO	DIREITO VIOLADO	LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL
Empreendimentos portuários sem oitiva das comunidades impactadas	Direito à consulta prévia, livre e informada	Convenção nº 169 da OIT
Aumento do desmatamento	Direito ao meio ambiente equilibrado	Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (RIO/92)
Monoculturas com uso de agrotóxicos	Direito à diversidade biológica	Convenção Internacional da Diversidade Biológica (CDB)
Seletividade dos impactos para a população negra	Direito à igualdade racial	Declaração sobre raça e preconceitos raciais
Desconsideração da territorialidade indígena	Direito à terra indígena	Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas

Mobilizando uma cadeia logística extensa e predatória, que conta com incentivos diretos e indiretos à captura e utilização do solo, desmatamento das florestas, transporte por caminhões e grandes navios, a Cargill continua a repassar para os seus consumidores *commodities* agrícolas com base em maquiagem verde. De tal modo, a empresa representa uma ameaça à Amazônia, seus povos e, portanto, ao clima no planeta.

Quer conhecer mais sobre a atuação da Cargill na Amazônia?

Acesse o site “Sem Licença para Cargill” que analisa os impactos socioambientais promovidos pelo porto de Santarém e as irregularidades e violações de direitos aos povos do Tapajós.

<https://semlicencaparacargill.org.br>



Terra de Direitos é uma organização de direitos humanos, da sociedade civil, apartidária e sem fins lucrativos, que desde 2002 atua na defesa, promoção e efetivação de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais. A nossa missão é contribuir para um mundo onde trabalhadores rurais, comunidades quilombolas, indígenas e de povos tradicionais e comunidades urbanas periféricas sejam reconhecidos e tenham seus direitos garantidos, de forma a desfrutar do livre acesso a suas terras, territórios, recursos naturais e à biodiversidade.

www.terradedireitos.org.br



[instagram.com/terradedireitos](https://www.instagram.com/terradedireitos)



[fb.com/terradedireitos](https://www.facebook.com/terradedireitos)



twitter.com/terradedireitos



[youtube.com/terradedireitosoficial](https://www.youtube.com/terradedireitosoficial)



[@terradedireitos](https://www.linkedin.com/company/terradedireitos)